

Comissão Permanente de Licitações
Processo Administrativo nº. 2015/0000178

Edital

Tomada de Preços nº. 004/2015.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ – PI**, por sua **Comissão Permanente de Licitação**, nomeada através da Portaria Nº. 001/2015, doravante denominada simplesmente **PREFEITURA**, torna público que realizará Licitação na modalidade **Tomada de Preços**, tipificada como de **menor preço global**, a realizar-se no dia **19 de fevereiro de 2015 as 11:00 horas**, na sede da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Piauí - PI, na Av. 29 de Abril, s/n – Bairro Três Marias, na sala da **Comissão Permanente de Licitação – CPL**, objetivando a **Contratação de empresa de engenharia, para Construção de Muros nos cemitérios das localidades Malhada Alta, Poço Cavado e Lagoa Funda deste município, conforme planilhas orçamentárias anexas**; a presente licitação será regida pelas normas fixadas neste **Edital**, pela Lei nº. 8.666/93, LC 127/2006 e alterações promovidas pela LC 147/2014, que o suplementam no que for omissivo.

1 – DO OBJETO E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1.1 Contratação de empresa de engenharia, para Construção de Muros nos cemitérios das localidades Malhada Alta, Poço Cavado e Lagoa Funda deste município, conforme planilhas orçamentárias anexas.

1.2 Poderão participar desta licitação, Empresas estabelecidas no País, devidamente cadastradas no **Município de São Lourenço do Piauí-PI**, com atividade pertinente ao objeto ora licitado e que atendam aos seguintes requisitos:

a) Conhecer as condições estipuladas neste certame e apresentar os documentos nele exigidos;

b) Ter aptidão para o desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com as características, quantidades e prazos do objeto desta licitação;

1.3 As empresas interessadas que não sejam cadastradas deverão comparecer com antecedência de no mínimo **03 (três) dias** da data prevista para o recebimento dos envelopes e abertura da documentação com os documentos previstos nos **artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93**, a fim de providenciar o Cadastro de Fornecedores e/ou Prestadores de Serviço junto ao Município de São Lourenço do Piauí-PI.

1.4 É vedada a formação de consórcios para participação desta licitação.

1.5 Não poderão participar desta licitação: empresas com suspensão temporária de participação em licitação ou empresas declaradas inidôneas e impedidas de contratar com a Administração Pública.

1.6 – A licitante desejando apresentar **preposto**, deverá fazê-lo mediante um único representante, que deverá se identificar no ato da abertura da licitação, através

de procuração com firma reconhecida, outorgando amplos poderes para o mandatário representar a licitante nesta licitação.

1.7 Para o cumprimento do disposto no art. 47 da Lei Complementar, 123/06 e 147/2014, a administração pública poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

1.8 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação, no envelope de habilitação, da seguinte documentação:

I – empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei nº 9.317/96:

a) comprovante de opção pelo Simples, obtido através do *site* da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

b) declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

2 – DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

2.1 O edital completo e seus anexos serão fornecidos gratuitamente aos interessados até 03 (três) dias antes da abertura do certame.

2.2 Os envelopes **documentação e propostas** de preços deverão ser entregues na data, horário e local acima mencionado em envelopes distintos conforme modelo:

À

Prefeitura Municipal de São Lourenço do Piauí

Comissão Permanente de Licitações

Tomada de Preços nº 004/2015

Abertura 19/02/2015 as 11:00 horas

Envelope nº. 01 – DOCUMENTAÇÃO

Nome da Empresa e Nº do CNPJ

À

Prefeitura Municipal de São Lourenço do Piauí

Comissão Permanente de Licitações

Tomada de Preços nº 004/2015

Abertura 19/02/2015 as 11:00 horas

Envelope nº. 02 – PROPOSTA DE PREÇOS

Nome da Empresa e Nº do CNPJ

2.3 – No envelope "DOCUMENTAÇÃO" os licitantes deverão apresentar a documentação abaixo relacionada, em uma única via original ou cópias devidamente autenticadas:

3– DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Cédula de Identidade do empresário ou sócio;

- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, em se tratando de sociedade comercial;
- d) Se a licitante tiver mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativa apenas à matriz.

4- DA REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ**;
- b) Prova de regularidade junto às Fazendas: **Federal** (certidão conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União); **Estadual** (Certidão de Dívida Ativa do Estado e Certidão de Quitação de Tributos Estaduais) e **Municipal** (Certidão Quanto a Dívida Ativa Municipal e Certidão de Tributos Municipais);
- c) Certidão do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (**FGTS**);
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT**.

5- DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Alvará de Funcionamento emitido pelo Poder Público Municipal da sede do licitante, dentro do prazo de validade;
- b) Certificado de Registro Cadastral junto à CPL de São Lourenço do Piauí - Piauí;
- c) Certidão do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA, acompanhada da prova de regularidade da empresa e dos responsáveis técnicos.

6- OUTRAS COMPROVAÇÕES OBRIGATÓRIAS:

- a) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme modelo. **Esta deverá ser apresentada fora dos envelopes;**
- b) Declaração da licitante, em cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da CF, que não mantém relação de trabalho noturno, perigoso ou insalubre com menor de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho com menor de 14 (quatorze) anos, salvo na condição de aprendiz.
- c) Declaração de que não há **superveniência de fato impeditivo para habilitação;**
- d) Declaração de Visita ao Local de Execução dos Serviços Assinada pelo Prefeito Municipal ou por servidor autorizado por ele. A visita ao local dos serviços deve ser feita até 03 (tres) dias úteis antes da data de abertura do certame.

7- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão ou Certidões Negativas, expedidas pelos cartórios oficiais, da sede do licitante, comprovando que este não se encontra submetido a processo de



concordata ou falência, observando o prazo de emissão de no máximo **90(noventa) dias**, da realização do certame.

7.1 – A Empresa que apresentar documentação em desacordo com quaisquer dessas exigências, estará inabilitada a prosseguir no processo licitatório;

7.2 – Os documentos deverão ser apresentados em cópia original da internet, em cópia autenticada em cartório, ou poderão ser autenticados pela Comissão no ato do recebimento, a visto dos originais;

7.3 – A Comissão poderá solicitar também originais de documentos já autenticados, para fins de verificação, sendo a empresa obrigada a apresentá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados a partir da solicitação, sob pena de, não o fazendo, ser considerada inabilitada;

7.4 – Quando todas as licitantes forem inabilitadas, é facultado a Comissão fixar o prazo de **08 (oito) dias úteis**, para apresentação de documentação escoimada das causas que provocaram a inabilitação;

7.5 – **No envelope nº. 2 – da “PROPOSTA DE PREÇOS”** deverá conter a proposta devidamente redigida em língua portuguesa sem rasuras, contendo obrigatoriamente:

- a) o valor total do objeto desta **Tomada de Preços**, onde os preços deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, tais como: encargos sociais, impostos/taxas, despesas administrativas, e transporte.
- b) identificação social, endereço, nº do CNPJ, assinatura do proponente e referência a esta licitação.
- c) indicar expressamente o prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.
- d) As propostas deverão ser apresentadas, em moeda corrente brasileira.
- e) deverá ser apresentada em 01(uma) via, em papel timbrado da licitante, devidamente rubricadas.

8 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1. Para custear a execução do objeto desta licitação, serão utilizados recursos oriundos do ISS, ICMS, FPM E RECURSOS PRÓPRIOS.

9 – DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO:

9.1- Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e atendam todas as condições determinadas neste edital e seus anexos.

9.2 - As interessadas em participar do presente certame deverão, como pré-requisito para participação, enviar representante para visita *in loco* no local da obra; O representante da empresa deverá obrigatoriamente ser o engenheiro responsável da empresa, que será acompanhado pelo engenheiro representante do município, contratado// indicado pela autoridade competente.

10 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:



10.1. A competente classificação das **Propostas de Preços** será feita através do critério de **MENOR PREÇO**, tendo em vista que esta licitação é do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**;

10.2 – em caso de empate entre dois ou mais licitantes, a Comissão de Licitação deverá observar o que determina a Lei 123/2006 (Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas) sobre o desempate, podendo ainda realizar sorteio entre as mesmas, para definição da empresa vencedora;

10.3 – Será desclassificada a empresa que:

a) não atenda às exigências deste Convite;

b) apresentar preços incompatíveis com os de mercado ou inexequíveis, de acordo as exigências da Lei 8.666/93 e suas alterações, ou seja, 70% (setenta por cento) abaixo do preço previsto neste Convite;

c) que apresente planilhas orçamentárias e cronograma financeiro sem a devida assinatura do responsável pela empresa licitante.

11 – DO PROCEDIMENTO:

11.1. No dia, horário e local indicado no preâmbulo desta **Tomada de Preços**, em sessão pública, a Comissão de Licitação procederá o recebimento dos envelopes, em seguida efetuará a abertura do envelope de **DOCUMENTAÇÃO**, para verificar quais empresas estarão habilitadas.

11.2 – Na mesma sessão, a critério da Comissão de Licitação, poderão ser analisados os documentos contidos no envelope "**DOCUMENTAÇÃO**" e anunciado o resultado da habilitação ou designado dia e hora certos para a divulgação.

11.3 – Uma vez proferido o resultado da habilitação, e desde que tenha transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos, serão devolvidos os envelopes "**PROPOSTAS DE PREÇOS**", fechados, aos participantes inabilitados, diretamente ou pelos correios.

11.4 – Em seguida será procedida a abertura dos envelopes "**PROPOSTAS DE PREÇOS**" dos participantes habilitados, sendo verificados os documentos e rubricados pelos membros da Comissão.

11.5 – O licitante poderá se fazer representar por procurador ou pessoa devidamente credenciada em instrumento público, firmado pelo representante legal do mesmo, a quem seja conferido amplos poderes para representá-lo em todos os atos e termos do procedimento licitatório.

11.6 – No caso de representação, o procurador ou pessoa credenciada, deverá exibir o instrumento que o habilita a representar o licitante, antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes, assim como o poder de outorga.

11.7 – Se o portador dos envelopes do licitante não detiver instrumento de representação ou este não atender ao disposto no item 6.4, tal pessoa ficará impedida de se manifestar sobre quaisquer fatos relacionados com a presente licitação.

11.8 – Não serão aceitas propostas abertas, ou em fac-símile.

6.8 – Das reuniões realizadas para abertura dos envelopes, bem como daquelas realizadas em sessões reservadas da Comissão, serão lavradas atas circunstanciadas.

12 – DOS RECURSOS, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO:

12.1. Das decisões da Comissão de Licitação, caberão os recursos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do referido ato, ou da lavratura da ata, previsto no Art. 109, da Lei 8.666/93.

12.2 – Uma vez proferido o julgamento pela Comissão e decorrido o prazo recursal, ou tendo havido desistência expressa após o julgamento dos recursos interpostos, o processo licitatório percorrerá o trâmite normal.

12.3 – Homologado o resultado, o proponente vencedor será convocado posteriormente para assinatura do instrumento contratual.

13 – DO CONTRATO:

13.1- A licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato 05 (cinco) dias após a homologação.

13.2– Até data de assinatura do contrato, poderá ser eliminado da licitação qualquer licitante que tenha apresentado documentos ou declarações falsas, prejudicando o julgamento da licitação.

13.3– A não assinatura do contrato, por qualquer motivo dentro do prazo previsto, implicará na eliminação do licitante vencedor, além das multas e sanções previstas na Lei 8.666/93, e a administração chamará o segundo colocado.

14 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. A empresa vencedora deverá iniciar os serviços 05 (cinco) dias a partir da emissão da competente Ordem de Execução dos Serviços e terá 180 (cento e oitenta) dias para concluí-los.

14.2 – Se as datas previstas para realização desta licitação forem declaradas feriados ou ponto facultativo, e não havendo retificação de convocação, a mesma deverá ser realizada no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora anteriormente estabelecida, independentemente de qualquer comunicação aos interessados.

14.3 – A Prefeitura Municipal poderá até a formalização definitiva do contrato, desistir da contratação, bem assim revogar a licitação no todo ou em parte, por interesse público, ou anulá-la, sem que disso resulte para qualquer licitante, direito ou ressarcimento ou indenização.

14.4 – Aplicam-se a este processo licitatório, as disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações, que regulamentam as licitações promovidas pela Administração Pública.

14.5 - Outros esclarecimentos sobre o presente processo licitatório de caráter técnico ou legal, poderão ser prestados de Segunda a Sexta – feira durante o expediente desta Prefeitura.

14.6 - Integram esta **Tomada de Preços** os seguintes anexos:





ESTADO DO PIAUÍ

Prefeitura Municipal de São Lourenço Do Piauí

CNPJ(MF): Nº 41.522.095/0001-90

Av. 29 de Abril S/N, Bairro Três Marias

CEP: 64778-000 – São Lourenço Do Piauí - PI

- Anexo I – Planilhas orçamentárias;
- Anexo II – Declaração de Habilitação – modelo;
- Anexo III – Declaração que não emprega menor – modelo;
- Anexo IV – Declaração de Fato Impeditivo – modelo;
- Anexo V – Declaração de visita ao local dos serviços;
- Anexo VI – Minuta do Contrato de Prestação de serviços.

São Lourenço do Piauí – PI, 26 de janeiro de 2015.

Ricardo Ribeiro de Santana
Presidente da CPL

Grazielle Santos de Sousa
Secretário da CPL

Rafael dos Santos Santana
membro da CPL